

RECURSO ESPECIAL Nº 1.850.341 - SP (2019/0352374-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : JHONATAN CORDEIRO SANTOS (PRESO)
RECORRENTE : CARLOS HENRIQUE SERAFIM VITURINO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNA G LOUREIRO - DEFENSORA PÚBLICA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JHONATAN CORDEIRO SANTOS e CARLOS HENRIQUE SERAFIM VITURINO, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação n. 0044062-82.2017.8.26.0050.

Os autos dão conta de que os recorrentes foram condenados, por infração aos arts. 157, § 2º, I e II, e 157, § 2º, II (roubos majorados), na forma do art. 71, todos do Código Penal, e ao art. 244-B da Lei n. 8.069/1990 (corrupção de menor), na forma do art. 69 do Código Penal, à pena de 7 (sete) anos e 5 (cinco) meses de reclusão, a ser inicialmente cumprida em regime semiaberto, além do pagamento de 15 (quinze) dias-multa, tendo-lhes sido negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignados, a defesa e o Ministério Público estadual interpuseram recurso de apelação no Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso da defesa e deu provimento ao recurso ministerial para fixar o regime fechado como sendo o de início de cumprimento da pena. Eis a ementa do mencionado acórdão (e-STJ fl. 418):

SENTENÇA CONDENATÓRIA PELA PRÁTICA DE ROUBOS QUALIFICADOS EM CONTINUIDADE E CORRUPÇÃO DE MENORES (CP, ART. 157, § 2º, INCISOS I E II, C.C. O ART. 71, E LEI 8.069/90, ART. 244-B).

APELO DEFENSIVO BUSCANDO A ABSOLVIÇÃO COM ARRIMO NA INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA, DEDUZINDO-SE PLEITOS SUBSIDIÁRIOS DE EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO EMPREGO DE ARMA E DE REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE AUMENTO DECORRENTE DAS QUALIFICADORAS.

RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO VISANDO A REFORMA PARCIAL DO JULGADO, ESTIPULANDO-SE REGIME INICIAL MAIS GRAVOSO.

MATERIALIDADE E AUTORIA CRIMINOSAS BEM

Superior Tribunal de Justiça

DEMONSTRADAS PELO ACERVO PROBATÓRIO - PALAVRAS DAS VÍTIMAS QUE SE DEVEM CONSIDERAR COM PRIMAZIA, ANOTADA A CREDIBILIDADE INERENTE AOS RELATOS DE AGENTES POLICIAIS - ROUBOS EM COMPARSARIA COM EMPREGO DE ARMA BEM PROVADOS, CARACTERIZANDO-SE A CORRUPÇÃO DE MENORES PORQUANTO DELITO DE CARÁTER FORMAL A EXIGIR DOLO GENÉRICO - CONDENAÇÃO MANTIDA - DOSAGEM DAS PENAS QUE NÃO MERECE REPAROS, BEM MOTIVADA A EXACERBAÇÃO RESULTANTE DAS QUALIFICADORAS E CABENDO ESTIPULAR-SE REGIME INICIAL GRAVOSO DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO E DO QUANTUM DAS REPRIMENDAS - PRECEDENTES - RECURSO DEFENSIVO DESPROVIDO, PROVENDO-SE A IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL.

No presente recurso, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo afirma que a majoração da pena na proporção de 3/8 apenas com base na quantidade de causas de aumento incidentes no caso viola o art. 68, parágrafo único, do Código Penal e a Súmula n. 443 do Superior Tribunal de Justiça, pois, no caso, justificou-se a exasperação acima do mínimo com base na natureza das próprias causas de aumento de pena e de forma genérica.

Ademais, assevera que deve ser fixado regime menos gravoso, tendo em vista que os recorrentes são primários, de bons antecedentes e as circunstâncias judiciais lhe foram totalmente favoráveis, nos termos do que dispõe o art. 33, § 2º, alínea "b", do Código Penal e os enunciados das Súmulas n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, pleiteia a absolvição do crime de corrupção de menor, haja vista que a acusação não logrou comprovar a deturpação psicológica do adolescente pelos réus.

Contrarrazões apresentadas.

Parecer ministerial pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Preliminarmente, em relação aos pedidos de redução da fração de aumento de pena pelas majorantes e de modificação do regime inicial de desconto da

Superior Tribunal de Justiça

reprimenda, verifico que o recurso está prejudicado ante a perda de objeto.

Com efeito, constato que foi impetrado o *Habeas Corpus* n. 514.969/SP, de minha relatoria, referente à mesma ação penal originária (0044062-82.2017.8.26.0050), cujo pedido é idêntico ao deduzido neste recurso especial quanto a tais temas.

Naquele processo, concedi a ordem para redimensionar a pena dos ora recorrentes para 7 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, além de 15 dias-multa, bem como para fixar o regime semiaberto para o início do cumprimento da sanção (a decisão foi publicada no DJe de 27/2/2020, com trânsito em 17/3/2020).

Já em relação ao pedido de absolvição dos recorrentes quanto ao delito de corrupção de menor, não prospera a irresignação defensiva.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça firmou orientação, há muito, por meio do Recurso Repetitivo n. 1.112.326/DF (da relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe de 8/2/2012), segundo a qual o delito tipificado no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente constitui crime formal, sendo, portanto, dispensável prova efetiva da corrupção do menor.

Esse entendimento encontra-se consolidado na Súmula n. 500/STJ, segundo a qual *"a configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal"*.

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator